

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CURSO EM LETRAS – PORTUGUÊS**

**CARLA IONARA BARROS SALDANHA RIBEIRO**

**INCLUSÃO OU ACEITAÇÃO: PARADIGMAS DO PROCESSO EDUCACIONAL**

**Jaguarão/Polo Cacequi  
2021**

**CARLA IONARA BARROS SALDANHA RIBEIRO**

**INCLUSÃO OU ACEITAÇÃO? PARADIGMAS DO PROCESSO EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Letras - Português da Universidade Federal do Pampa/Universidade Aberta do Brasil como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Orientador: Profa. Ma. Larissa Lima Nascimento Costa

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

RR484i Ribeiro, Carla Ionara Barros Saldanha  
Inclusão ou aceitação? Paradigmas do processo educacional.  
/ Carla Ionara Barros Saldanha Ribeiro.  
24 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, LETRAS PORTUGUÊS, 2021.

"Orientação: Larissa Lima Nascimento Costa".

1. Inclusão. 2. Escola. 3. Educação. 4. Desafios. I.  
Título.

**CARLA IONARA BARROS SALDANHA RIBEIRO**

**INCLUSÃO OU ACEITAÇÃO: PARADIGMAS DO PROCESSO EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Letras - Português da Universidade Federal do Pampa/Universidade Aberta do Brasil como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Orientador: Profa. Ma. Larissa Lima Nascimento Costa

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 15 de dez. de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof. Ma. Larissa Lima Nascimento

Orientadora

(UNIPAMPA/UAB, SME Campinas)

---

Prof. Dr. Marcelo de Andrade Duarte

(Unipampa UAB)

---

Prof. Me. Lucas G. Soares

(SEDUC/RS - SME Capão do Leão)



Assinado eletronicamente por **Marcelo de Andrade Duarte, Usuário Externo**, em 22/12/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Larissa Lima Nascimento Costa, Usuário Externo**, em 22/12/2021, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Lucas Gonçalves Soares, Usuário Externo**, em 22/12/2021, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0701528** e o código CRC **DAD1A447**.

---

## AGRADECIMENTO

Dedico este trabalho aos meus pais, Roberto (in memorian) e Jane, pelo amor incondicional e exemplo de vida.

Aos meus irmãos, que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões.

Ao meu marido, Leonardo e ao meu filho Leonel, pela paciência em momentos de ausência em função dos trabalhos.

A minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Larissa pelo auxílio prestado para realização deste trabalho.

E sobretudo agradeço a Deus; pois sem ele nada seria possível.

## RESUMO

O referido trabalho tem por objetivo explicar sobre os desafios e trajetórias enfrentadas desde a década de setenta até os dias atuais, na tentativa de promover a inclusão nas escolas. Através de análises teóricas desenvolvidas por autores renomados e sempre dando ênfase as leis e normativas que amparam e promovem os direitos dos alunos com deficiência, procura-se com essa pesquisa desenvolver a reflexão acerca dos métodos aplicados atualmente no âmbito escolar. As discussões que geram em torno da educação inclusiva, a preocupação dos pais e dos gestores e os métodos atualmente aplicados em sala de aula também serão tema deste artigo.

**Palavras chave:** Inclusão, Escola, Educação, Desafios.

## **ABSTRACT**

The work aims to explain the challenges and trajectories faced from the seventies to the present day, in an attempt to promote inclusion in schools. Through theoretical analyzes developed by renowned authors and always emphasizing the laws and regulations that support and promote the rights of students with disabilities, this research seeks to develop a reflection on the methods currently applied in the school environment. The discussions that generate around inclusive education, the concern of parents and administrators and the methods currently applied in the classroom will also be the subject of this article.

**Keywords:** Inclusion, school, education, challenges.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>10</b>
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>11</b>
<b>3.1 Professores especialistas ou generalistas?.....</b>	<b>11</b>
<b>4 CONCEITOS NORTEADORES .....</b>	<b>13</b>
<b>4.1 Educação Especial.....</b>	<b>13</b>
<b>4.2 Declaração de Salamanca.....</b>	<b>14</b>
<b>4.3 LDB.....</b>	<b>15</b>
<b>4.4 Lei da Inclusão.....</b>	<b>13</b>
<b>5 INCLUSÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL: ENTRELACANDO ALGUMAS REFLEXÕES.....</b>	<b>18</b>
<b>5.1 A Inclusão na percepção da BNCC.....</b>	<b>19</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema inclusão para elaboração desse trabalho reflete a minha inquietação como mãe, futura docente e sobretudo como ser humano preocupada com a educação de nossas crianças.

A inclusão escolar atualmente é um dos assuntos mais comentados e grande divisor de opiniões; há os que acreditam que as escolas estão totalmente perdidas e apenas aceitam os alunos com deficiências, sendo a inclusão apenas um quesito obrigatório e previsto na constituição. Para outros a inclusão por estar imposta na lei é vista como realizada; porém o que sabemos é que a verdadeira inclusão está bem distante da nossa realidade.

Apesar de todas as discussões envolvendo o processo do ensino pedagógico ao longo dos anos, ainda existe um caminho longo a ser percorrido, tendo em vista que os professores precisam estar sempre em processos de capacitação e tornarem-se aptos a ensinar crianças com limites diferenciados de aprendizagem, aplicando técnicas e materiais adaptados. Segundo afirmam Ramalho e Beltrán Núñez (2011, p. 73), este tipo de formação,

[...] é mais que instrução ou aprendizagem de conhecimentos e formação de habilidades e de competências, pois inclui, entre outras coisas, interesses, necessidades, intenções, motivações, caráter, capacidades, condutas, crenças, atitudes e valores. [...] é o tipo de atividade que o professor se apropria da cultura profissional e modifica [...] elementos chaves do seu agir profissional, de forma a influenciar no desenvolvimento profissional.

As diferenças não devem ser escondidas e sim reveladas; somente assim a comunidade escolar assumirá sua responsabilidade perante a alfabetização e formação de um indivíduo portador de deficiência; seja ela física, visual, intelectual, auditiva, psicossocial ou múltipla.

Diante desse contexto, a proposta de trabalho visa enfatizar a realidade vivenciada em escolas públicas da rede de ensino: principais reclamações dos pais, capacitação de professores, ações governamentais e projetos já existentes.

A pesquisa tem como base, autores como: Bueno (1999); Correia (1999) e Mittler (2003) entre outros. Tem-se como questão norteadora: **Inclusão ou imposição?**

O objetivo delineado é refletir sobre o tema da inclusão dos portadores de deficiência no sistema público de ensino, bem como a situação curricular que norteia

a modalidade da educação especial; assim como a pesquisa de textos que tenham temas relacionados à educação inclusiva e acessibilidade nas escolas públicas; o debate acerca da necessidade de capacitação dos docentes e também discutir as possibilidades de viabilizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

## 2 METODOLOGIA

O atual estudo, trata-se de um levantamento de dados bibliográficos, análises de materiais relacionados ao assunto e opiniões de alguns autores; levando em consideração estudos de pesquisadores e matérias já publicados sobre o tema escolhido. O Tipo de pesquisa realizado será de cunho qualitativo, descrevendo particularidades e pesquisas diversas.

De acordo com Richardson (1999), os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, assim como compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais.

O procedimento para o estudo do caso será por pesquisas bibliográficas, um estudo exploratório que consiste em explorar conteúdos e debates ocorridos na área, assim como seu avanço e mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A pesquisa tem como propósito tornar mais claro as ideias para o leitor, tornando o projeto instigante e atrativo. Sua ideia principal deve delimitar o tema principal do projeto e defender pontos pelo qual o mesmo está sendo elaborado.

Para Gil (2007),

[...] pesquisa é definida como o(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (GIL, 2007, p. 17).

Nesse estudo o objetivo principal está norteado por minhas reflexões, alicerçadas com as teorias, considerando meu conhecimento da realidade educacional inclusiva centrada no município de Cacequi/RS, tendo como referência as escolas desse município.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

A política da educação inclusiva no Brasil vem sofrendo ao longo dos anos um processo de caracterização e transformação, tanto no campo político, social cultural e pedagógico. Na concepção da Política Nacional de Educação Especial (PNEE), de 2020, todas as escolas das redes de ensino, públicas ou privadas, devem ser inclusivas, ou seja, devem estar abertas a todos.

O que podemos observar é que infelizmente as escolas, apesar de estarem abertas ao processo e inclusão, não oferecem estrutura educacional adequada para crianças com deficiência. Kauffman e Badar (2014) afirmam que, ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, foi tornando-se comum a ideia de que professores da educação especial devem trabalhar juntos com os professores do ensino regular, e que esta seria a melhor alternativa para a educação de todas as crianças com deficiência e com necessidades educacionais especiais.

Entretanto, continuam os autores:

[...] apesar desta ideia ter capturado a imaginação de muitos, as pesquisas não têm mostrado que tais práticas são realmente melhores que a instrução oferecida de forma direta, por um professor devidamente capacitado para suprir as necessidades de atendimento educacional especializado (KAUFFMAN; BADAR, 2014).

O que vem se observado em geral é que as escolas que se instituem abertas para todos, ou escolas inclusivas; tendem a demonstrar como principal objetivo uma política educacional onde os alunos com deficiência não se sintam discriminados; porém na maioria das vezes eles não conseguem acompanhar o planejamento da turma devido a suas limitações, o que os torna perdidos e impotentes.

#### 3.1 Professores especialistas ou generalistas?

De acordo com Bueno (1999), existe uma linha tênue entre o professor especialista e o generalista. O que pode se observar nas escolas públicas de ensino regular, é que ocorre uma distorção entre o processo de ensinar e o processo de se especializar para ensinar; pois para trabalhar com crianças especiais o professor precisa de no mínimo uma formação específica. O ponto de partida para essa

especialização parte do contexto da própria prática pedagógica que costuma formar professores para atuarem com crianças não deficientes.

Bueno (1999) ainda cita o fato da inexperiência dos professores em trabalharem a inclusão, pois na maioria das vezes o que ocorre em salas lotadas são um ou dois casos isolados de crianças com deficiência, o que torna o trabalho com os mesmos ser de forma individual, impedindo sua interação com a classe e tornando-o de certa forma excluído.

A falta de preparação dos gestores escolares impacta diretamente do desenvolvimento educacional da criança, causando muitas vezes, frustração e impotência para os professores, alunos e também para os pais.

Neste sentido, advertimos que, num primeiro momento, são comuns sentimentos de incapacidade e até mesmo de medo frente ao ingresso de um aluno com algum tipo de deficiência ou distúrbio de comportamento em sala de aula regular, podendo afastar o professor daquilo que não conhece e lhe suscitar estranheza (CORREIA, 1999; NAUJORKS, 2002 e 2003; BEYER, 2003).

Pode-se perceber o quanto a educação inclusiva ainda precisa de transformação e avanços, é inaceitável que crianças com deficiência ainda sejam tratadas com diferença e discriminação.

A escola inclusiva deve ser livre e comprometida, precisa acolher a todos, independentemente de suas limitações, deve estar preparada para desafios e possibilidades educacionais priorizando sempre pela qualidade do ensino nas mais diversas situações.

## **4 CONCEITOS NORTEADORES**

### **4.1 Educação Especial**

A educação especial se conceitua como uma prática metodológica de ensino voltada para as pessoas com necessidade especiais; ou seja: que possuam algum tipo de deficiência, seja ela física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial ou múltipla.

A resolução CNE/CEB-n.02/01 é usada como normativa para conceitualização de educação especial no Rio grande do Sul; assim como em vários outros estados do Brasil. A mesma diz respeito a resolução que trata de alunos com necessidades educacionais de aprendizado em todas as suas modalidades.

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

Felizmente vivemos em um século de grandes transformações e avanços educacionais relacionados a educação especial. Ao longo dos anos pode-se perceber o quanto as crianças com deficiência vêm evoluído com o progresso social, tecnológico e pedagógico, oriundos de programas voltados para educação especial.

Diferentes recursos e procedimentos estão sendo adotados pelas escolas para facilitar o aprendizado, capacitar docentes e estruturar o espaço físico das escolas para melhor receber e atender as necessidades de cada aluno.

### **4.2 Declaração de Salamanca**

Considerada uma das principais referências internacionais para a área da educação especial, a Declaração Salamanca foi promovida pela Unesco e realizada na Espanha de sete a dez de julho de mil novecentos e noventa e quatro. Esse

documento teve como objetivo abranger e incluir todas as crianças, sejam elas com deficiências permanentes ou temporárias.

A Declaração de Salamanca ainda traz a afirmação de que as escolas regulares devem se adequar as necessidades dos alunos especiais, andar lado a lado com os mesmos, conhecer seus limites suas dificuldades e reconhecer a maneira adequada em que o aluno consegue aprender.

Segundo Bueno (2008, p. 44), —de acordo com boa parte dos autores da educação especial, a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais veio substituir o velho paradigma da integração, ultrapassado e conservador, e teve como marco fundamental a Declaração de Salamanca, de 1994.

Ainda segundo Bueno (2005), nos últimos anos, após a Declaração de Salamanca (1994), a grande maioria dos países do mundo passou a implantar políticas de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular; isso porque consideram a referida declaração como o meio mais democrático para um significativo e efetivo aumento de oportunidades educacionais para os especiais.

A declaração de Salamanca define uma pedagogia centrada na criança; apontando direções, sugestões e sobretudo; definido um novo rumo para educação especial. Ela é guiada pelos seguintes princípios:

- Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos;
- Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais;
- A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola;
- O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças

A declaração de Salamanca oferece uma nova visão na perspectiva da educação especial, ela determina uma nova modalidade de normativas que analisam as necessidades individuais de cada aluno, seus anseios e adaptações. Seguindo a linha de pensamentos dos autores podemos notar uma transformação educacional de maneira positiva e inovadora, um divisor de águas entre o antigo modelo educacional e o atual.

Muitas mudanças ainda se fazem necessárias tanto nas escolas, na formação docente, no estado até mesmo dentro dos lares de crianças com deficiência. Não podemos aceitar o fato de crianças serem excluídas por suas limitações, não se pode ensinar somente porque a lei obriga, e sim por entendermos que todos tem o direito de aprender e ser dono do seu próprio destino.

É necessário admitir que as políticas públicas não são pensadas apenas a partir de determinações jurídicas, legais, nas quais o Estado aparece como mero executor, neutro, destituído de princípios axiológicos que balizam a sua ação. Mesmo sendo as políticas públicas definidas tendo como parâmetro o bem comum de todos os segmentos sociais, deve-se perceber a dinâmica conflitiva dos diferentes interesses e forças envolvidos no tecido social (BONETTI, 2000).

As políticas públicas evidenciam a necessidade de procurar entender e analisar as diferentes percepções acerca do envolvimento existente entre escola e sociedade quando o tema é o processo educacional voltado a inclusão.

O tema gera bastante polêmica; pois para ensinar em escola regular é necessário capacitação e adaptação dos gestores e se ensina em escolas especiais, não está existindo a escola inclusiva.

Enquanto existir uma criança sentada ao lado da professora, separado dos demais colegas, fazendo qualquer coisa menos o conteúdo dado aos demais, devido ao fato de ela não ter o mesmo conhecimento; não está acontecendo inclusão naquela sala de aula. São as pequenas ações do dia a dia que fazem com que a inclusão ocorra; o olhar do professor, a comemoração diante dos pequenos avanços, o caminhar lado a lado, mas sobretudo; a empatia dos gestores.

### **4.3 LDB**

A LDB, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) é a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Esta lei foi aprovada em dezembro de 1996 com o número 9394/96, também é conhecida popularmente como Lei Darcy Ribeiro, em homenagem a este importante educador e político brasileiro, que foi um dos principais formuladores desta lei.

A LDB é composta por 92 artigos que versam sobre os mais diversos temas da educação brasileira, desde o ensino infantil até o ensino superior.

Podemos citar entre as suas principais características:

- Estabelece que todo cidadão brasileiro tem o direito ao acesso gratuito (no sistema público) ao Ensino Fundamental (9 anos de estudo);
- Define que o ensino fundamental tem início aos 6 anos de idade.
- Aponta para que este direito seja, gradativamente, levado também ao Ensino Médio;
- Determina a função do Governo Federal, Estados e Municípios no tocante a gestão da área de educação;
- Estabelece as obrigações das instituições de ensino (escolas, faculdades, universidades, etc.);
- Determina a carga horária mínima para cada nível de ensino;
- Apresenta diretrizes curriculares básicas;
- Aponta funções e obrigações dos profissionais da educação (professores, diretores, etc.).
- Determina que o ensino fundamental deve ser presencial, sendo o ensino a distância usado como complementação da aprendizagem ou em casos emergenciais (como ocorreu no caso da pandemia da Covid-19 no ano de 2020).

#### **4.4 Lei da Inclusão**

Quando se fala em inclusão, logo nos vem à mente o ato de incluir alguém; um processo pelo qual todos estão aptos a ocupar um lugar na sociedade sem discriminação ou limitações. Para que esses direitos sejam alcançados e, sobretudo respeitados no Brasil, foi criada a Lei da Inclusão.

A lei Brasileira da inclusão (Nº13.146) foi publicada em sete de julho de 2015, pela presidenta Dilma Rousseff, ela possui como ementa o estatuto da pessoa com deficiência, assegurando e promovendo condições de igualdade, visando inclusão social e cidadania.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Lei da inclusão, assegura sobretudo o respeito a pessoas até então excluídas da sociedade e de seus direitos de aprendizagem e participação social, onde as mesmas possam ter seus direitos respeitados. Essa lei venho para mostrar que todos somos capazes e que nenhuma limitação incapacita ou torna alguém excluído; todos somos iguais perante a lei e nenhum tipo de discriminação é aceitável.

Inclusão e exclusão começam na sala de aula. Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão; são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aulas que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola. As formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças (MITTLER, 2003, p. 139).

Para o autor o ato de incluir ou excluir é tarefa inicial da escola, através das experiências vividas pelo aluno, e a maneira como ele é acolhido. A relação que o aluno tem na escola com seus professores e colegas, é de extrema importância para determinar seu bem estar.

As experiências que a escola traz para a vida da criança são reflexos que perpetuam ao longo dos anos, se a escola não cumprir seu papel de acolher, ela automaticamente estará excluindo.

## **5 INCLUSÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL: Entrelaçando algumas reflexões**

Início com a trajetória da educação inclusiva; dando ênfase aos temas e documentos que norteiam e asseguram o direito de todos a inclusão. Centralizando a temática no âmbito nacional, abordarei a BNCC como objeto de pesquisa, trazendo sua habilidade e competências ligadas a inclusão escolar.

A seção atual trata das minhas reflexões enquanto professora em formação, e preocupada com a educação especial, de acordo com os autores e das referências bibliográficas que deram embasamento a este trabalho

A história da educação inclusiva no Brasil começa na década de 70, quando algumas escolas passam a aceitar alunos especiais, desde que os mesmos conseguissem se adequar ao plano de ensino da instituição. De acordo com o Ministério da Educação (MEC) no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império.

Nesse período duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (Ministério da Educação).

Pode-se observar que a educação especial e a educação inclusiva estão amplamente amparadas dentro do processo democrático educacional; através de suas leis. Novas discussões estão em pauta a todo momento na tentativa de fazer dar certo o ato de incluir e aprender.

A BNCC tem como foco o aprendizado comum, voltado para um ensino que gere oportunidade e desenvolvimento de habilidades para alunos com deficiência; sendo essas habilidades desenvolvidas e acompanhadas de maneira que o aluno possa potencializar o seu aprendizado.

O uso das tecnologias assistivas (termo usado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência) também está previsto como tática bastante

eficaz para o desenvolvimento do aluno no que diz respeito ao desenvolvimento corporal, visual sonoro e digital. O documento ainda traz questões relacionadas as possibilidades para que as escolas procurem soluções e inovações para ensinar a todos, pois somente assim, estaremos de fato construindo uma sociedade realmente inclusiva, que trabalha as potencialidades dos indivíduos.

As escolas e seus gestores devem estar preparados e capacitados para somente assim poder colocar em prática a verdadeira inclusão; tendo em mente que crianças com deficiência tem potencial para aprender e desenvolver-se a longo da vida adulta. Existem barreiras que ainda impedem que as escolas se transformem em escolas totalmente inclusivas e comprometidas. Para Montoan (2003):

Uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar. E, por incrível que pareça, essa neutralização vem do próprio sistema educacional que se propõe a se modificar, que está investindo na inovação, nas reformas do ensino para melhorar a sua qualidade. Se o momento é o de enfrentar as mudanças provocadas pela inclusão escolar, logo distorcemos o sentido dessa inovação, até mesmo no discurso pedagógico, reduzindo-a a um grupo de alunos (no caso as pessoas com deficiência), e continuamos a excluir tantos outros alunos e mesmo a restringir a inserção daqueles com deficiência entre os que conseguem “acompanhar” as suas turmas escolares! (MONTAAN 2003, p.26).

O autor discorre a respeito das dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional relacionados a capacidade de encarar novas ações de aprendizado. O que se percebe é uma resistência a mudanças no que diz respeito a educação inclusiva e em suas formas de ensino, onde ainda existe uma distinção entre alunos com e os sem deficiência.

Os desafios nos possibilitam visões distintas, tornando possível a transformação. As escolas necessitam ampliar seu olhar docente; estejam abertas as mudanças e concepções, demonstrando assim; sua preparação para fazer a revolução que a inclusão tanto necessita.

## **5.1 A inclusão na percepção da BNCC**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trata se de um documento normativo, que teve sua terceira e última versão homologada em dezembro de 2018, com aspectos norteadores das etapas de educação infantil, ensino fundamental I e II. Cada um dos documentos citados possui grande importância sobre a perspectiva da

educação brasileira, pois em seus textos caracterizam e garantem por lei a “educação para todos” como encontramos na Constituição Federal de 1988 onde o artigo 208 sinaliza sobre o atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

De acordo com a BNCC a educação precisa ser igualitária para todos, trazendo uma nova modalidade dentro do processo educacional, onde as crianças com deficiência tenham condições de desenvolver-se e aprimorar-se assim como as demais.

Sendo este um dos principais documentos educacionais atualmente, a BNCC embasa a formulação de documentos e de fundamentos pedagógicos, tornando possível mudanças até então necessária para que seja possível a inclusão escolar.

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais (BRASIL, 2018, p. 08).

É preciso que as reformulações sejam realizadas imediatamente, a educação inclusiva necessita ser padronizada e nossas crianças merecem o direito a educação de qualidade voltada as suas necessidades e perspectivas.

Nossas leis devem ser aplicadas, mas sobretudo o que deve prevalecer é a transformação dos métodos de ensinar crianças em suas distintas dificuldades, oferecendo suporte, qualidade de ensino, estrutura física nas escolas e políticas públicas educacionais de qualidade.

Existe toda uma estrutura englobada na BNCC para que seja reformulado o ensino inclusivo, o que falta é uma aceitação total e integral de responsabilidades integradas aos métodos educacionais, começando pela sociedade e se generalizando nas redes de ensino.

Prevista na Constituição de 1988, na LDB de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014, a BNCC foi preparada por especialistas de cada área do conhecimento, com a valiosa participação crítica e propositiva de profissionais de ensino e da sociedade civil. Em abril de 2017, considerando as versões anteriores do documento, o Ministério da Educação (MEC) concluiu a sistematização e encaminhou a terceira e última versão ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A BNCC pôde então receber novas sugestões para seu aprimoramento, por meio das audiências públicas realizadas nas cinco regiões do País, com participação ampla da sociedade (Brasil, 2017, p. 7).

A BNCC trata de um documento com projetos para o futuro, trazendo para o currículo escolar algo transdisciplinar e interdisciplinar; contudo ainda não faz parte da realidade das escolas que por sinal ainda estão longes de possuírem as demandas supracitadas no documento.

A educação especial ainda que presente na BNCC como uma educação igualitária para todos, não apresenta garantias de qualidade que atendam às necessidades das crianças com necessidades especiais. As inovações que a BNCC traz, são capazes de mostrar direções; porém o caminho exato ainda precisa ser descoberto e explorado.

A educação especial necessita de ferramentas eficazes que recriem, reinventem e sobretudo reformulem uma nova modalidade de ensinar, onde o papel do professor seja visto muito além de um profissional que ensine a ler e escrever, mas sim; aquele capaz de preparar qualquer aluno pra vida social; independentemente de sua condição.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se tornou repetitivo dizer que todos os indivíduos têm direito a uma educação, pois isto está expresso em muita legislação, mas sempre é preciso reforçar. Ter direito a essa educação com qualidade, por si só já é um grande desafio, porém, um dos maiores desafios é ter direito a uma educação inclusiva de qualidade, uma vez que a sua abrangência na sociedade independe da deficiência.

Considerando que a educação é vista como o alicerce para o desenvolvimento do ser humano, nela estão incluídos aqueles que necessitam de educação especial, pois esta é a forma de garantir o direito à dignidade e ao respeito, pois possuem a mesma possibilidade de crescimento dos ditos normais.

Porém, o que se tem observado, na prática, é que este objetivo, para ser realmente concretizado, ainda passa por muitas dificuldades, visto que quando o aluno com deficiência ingressa na sala de aula regular, muitas vezes sua necessidade não é atendida, o que implica na mão inclusão, apenas na aceitação.

Ressalta-se que a inclusão deve ser vista como um processo de transformação, de mudança de paradigma que realmente coloque em prática as legislações educacionais, inclusive a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual retoma o termo educação todos como sendo um caminho que deve ser seguido pelas escolas através da aceitação e valorização das diferenças, aspectos relevantes na busca constante do processo de inclusão.

A escola precisa ser repensada e construir um modelo de inclusão que exclua o preconceito, a discriminação e as rotulações aos deficientes, tendo em mente que a principal mudança é a de mentalidade, sendo esta mudança a mais necessária e urgente e que precisa acontecer de modo natural e na interação com todos.

Conclui-se assim, que a inclusão gera novas perspectivas e novos desafios e, cabe à sociedade como um todo, aliar-se à educação e desafiar-se diante das diversidades com o intuito de construir um novo conceito de ensino e aprendizagem que realmente elimine o caráter excludente de ambas – sociedade e escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 de Ago de 2021.

KAUFFMAN, j. m. & badar, j. (2014b) '**better thinking and clearer communication will help special education**', **exceptionality: a special education journal**, 22 (1), 17–32. disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09362835.2014.865953>, acesso em: 20 de ago de 2021.

BUENO, G.J. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas.** Revista brasileira de educação especial, vol.3. n.5,7-25 1999.

BUENO, José Geraldo Silveira. **As políticas de inclusão escolar uma prerrogativa da educação especial?** In: MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos; BUENO, José Geraldo Silveira. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara. SP: Junqueira e Marim; Brasília, DF: Capes, 2008.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Portugal: Editora Porto, 1999.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003

**MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.**

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2018. Brasília, DF. Disponível em: Acesso em: 10 de nov de 2021. <https://doi.org/10.22409/mov.v5i8.472>